

Gestão Documental e Direito de Acesso: Estudo Empírico no Arquivo Central do TRT da 21ª Região

Francimarcia Regina da Silva Ferreira (Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região) e

Emerson Carlos da Silva (Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região)

Desempenho, eficiência e efetividade em organizações da Justiça

RESUMO

O acesso à informação, configura-se não apenas como um instrumento fundamental para a convivência em sociedade, mas também um direito fundamental do cidadão, consagrado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). No âmbito jurídico, o acesso à informação revela-se indispensável para o pleno e efetivo funcionamento do sistema de justiça, permitindo transparência, controle social e o exercício de direitos por parte dos jurisdicionados. Nesse sentido, podemos ver esse direito sendo exercido, entre outras formas, quando disponibilizado ao cidadão dados e informações sobre os processos judiciais arquivados. Embora encerrados formalmente segundo os trâmites processuais e submetidos ao arquivamento, tais processos continuam a apresentar relevância sob os aspectos probatório, jurisprudencial e histórico — tanto para os sujeitos processuais quanto para a coletividade. Fazendo uma análise aprofundada, o acesso à informação, além de um direito fundamental é uma garantia constitucional, relacionando-se diretamente com a preservação dos princípios da democracia, transparência e cidadania. Como disposto na Constituição Federal: “Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesses coletivo ou geral”(BRASIL, 1988, art. 5º, inc. XXXIII). Este aparelho homologa o direito, que o cidadão dispõe, de acessar informações públicas. A consagração deste direito sucedeu-se com a promulgação da Lei de Acesso à Informação, de 2011. Tratando de regulamentar os trâmites que possibilitem que qualquer pessoa - física ou jurídica - obtenha informações públicas dos órgãos e entidades dos poderes estatais - Executivo, Legislativo e Judiciário - de forma segura e eficiente. Dentro do contexto sócio-político, este direito auxilia na manutenção da democracia, fornecendo transparência e fortalecendo a cidadania, proporcionando que indivíduos e grupos possam fiscalizar, defender e requerer direitos, com base em dados apurados e transmitidos de forma segura e objetiva. Neste cenário, o acesso à informação também configura-se como um direito instrumental, à medida que proporciona a concretização efetiva de outros direitos fundamentais. Dentro desse enquadramento, o acesso à informação vinculado ao direito à justiça, encarrega-se de auxiliar na construção de um sistema jurídico efetivo, transparente, acessível e seguro.



Este aspecto é refletido, no texto constitucional, quando prevê: “Os atos processuais são públicos, salvo quando a defesa da intimidade ou o interesse social exigirem o sigilo”(BRASIL, 1988, art. 5º, inc. LX). Este dispositivo reforça o princípio da publicidade, garantindo que o indivíduo - parte no processo - e o público em geral, possa acompanhar e fiscalizar os atos do sistema judiciário. Percebe-se então, que o acesso à informação é instrumento essencial para viabilizar o exercício de outros direitos. Com fundamento nisso, quando ele é articulado com o Direito do Trabalho e a massa de processos trabalhistas arquivados, impacta diretamente no exercício dos direitos sociais, econômicos e previdenciários. Acerca disso, ainda que arquivados, esses processos ainda possuem qualidade jurídica e probatória, podendo ser indispensáveis para que o trabalhador possa comprovar vínculos empregatícios, condições laborais e tempo de serviço. Tudo isso pode ser utilizado para requerer direitos como, pensão, aposentadoria, auxílios, entre outros. A partir de um estudo realizado por diferentes perfis de consulentes, como advogados, unidades jurisdicionais e cidadãos em geral. Pretende-se observar, majoritariamente, que essa procura está vinculada à necessidade de resguardar ou reivindicar direitos previamente constituídos. A garantia do direito de acesso à informação está intrinsecamente vinculada à efetiva gestão documental nas três fases do ciclo de vida dos documentos arquivísticos — corrente, intermediária e permanente. Nesse contexto, as etapas de avaliação e seleção documental, quando executadas e fundamentadas em critérios técnicos e orientados pelo programa de gestão documental da instituição, configuram-se como instrumentos para a preservação dos documentos com valor legal/probatório, bem como daqueles dotados de valor histórico. Mesmo aqueles conjuntos documentais destinados à eliminação, quando preservados peças dos autos trabalhistas (como as iniciais e as decisões terminativas), salvaguardam informações sobre direitos dos cidadãos. Dessa forma, uma efetiva gestão documental contribui para a proteção da memória institucional e para a promoção do acesso à informação, assegurando o exercício pleno da cidadania. O estudo será conduzido com base na análise dos registros de atendimento disponibilizados pelo Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. Serão examinados os dados referentes às solicitações recebidas por meio do correio eletrônico institucional do setor, às demandas registradas no sistema interno de chamados, o CITSMART - utilizado pelas Varas do Trabalho para requisição de processos arquivados - , bem como os atendimentos presenciais realizados no Arquivo. Os dados extraídos desta pesquisa compreenderão a quantidade de atendimentos no ano de 2024, a partir do acervo de processos físicos custodiados pelo arquivo geral do TRT 21, revelando o ano em que os processos solicitados foram autuados e o perfil dos consulentes, que foram classificados como: advogados, cidadãos e varas do trabalho. A análise será conduzida por meio de abordagem qualitativa, traçando comparações que identifiquem padrões na procura dos processos expondo a importância desses documentos, mesmo após seu arquivamento. Se pressupõe que através deste trabalho, seja comprovado que há uma alta e frequente procura por processos já arquivados há anos. Demonstrando a importância do trabalho de gerenciamento documental, promovendo sua preservação e possibilitando seu



acesso ao público. Espera-se demonstrar, os anos de autuação dos processos, inclusive os mais remotos, o interesse, e o perfil dos solicitantes, com ênfase no cidadão comum (parte interessada), ratificando o papel social desses documentos judiciais. Tal análise evidencia a relevância dos documentos consultados na garantia de direitos dos jurisdicionados, e o acesso à informação propiciado através de um eficiente programa de gestão documental do órgão.

Palavras-Chave: Gestão documental; acesso à informação; direito.

Referências

Bernardes, I. P. & Delatorre, H. (2008). Gestão Documental Aplicada (Monografia). Arquivo Público do Estado de São Paulo (APSP), São Paulo, SP, Brasil.

Bernardes, I. P. (2015). Gestão documental e direito de acesso: interfaces. *Acervo*, 28(2), 164–179. Recuperado de <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/616>

Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 nov. 2011a. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

